

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Couveia Brasileira Class.: Estat. do Índio
 Data 15/04/92 Pg.: HIR00423

Mata Virgem esclarece matéria sobre índios

Vimos solicitar que sejam feitas retificações em relação à matéria "Estatuto do índio vai ser elaborado com a participação das comunidades", publicada no dia 9 de abril de 1992, na página 17 desse jornal, pelos fatos que se seguem.

Quando deram seus depoimentos à Comissão Especial do Estatuto do Índio, na Câmara dos Deputados, no dia 8 de abril de 1992, as lideranças indígenas — cacique Raoni Mentuktire, Megaron Txucarramãe, Fuxuaua Macuxi Braz Pereira e os vereadores Mário de Camilo (Terena) e Pedro Cornélio (Kaingangue) — não ficaram convencidas de que a Comissão está disposta a respeitar históricos direitos dos índios. No entanto, o título da matéria deixa claro que o Estatuto, seja que conteúdo venha a ter, será respaldado pelas comunidades indígenas. E as lideranças estão certas de que terão que travar uma longa e árdua batalha para que suas palavras sejam respeitadas e transformadas em lei pela Comissão Especial do Estatuto do Índio.

Afinal, só ouviram dos deputados presentes, no dia 8, discursos ultrapassados e sem qualquer lógica de raciocínio, tipo "os índios são manobrados por missionários, que entram em suas terras com contador Geiger em punho". Ora, os mapas do Projeto Radam, elaborados na longínqua década de 60, já mostraram a todos — brasileiros ou estrangeiros; índios e, principalmente, não índios — os caminhos dos minérios na Amazônia. A questão é essa, mas os deputados presentes, a maioria de estados da região Norte, insistiram em desviar a discussão para não entrar no mérito central: o direito ancestral dos índios às suas terras e a vida. Assim, as lideranças sentiram-se logradas pela Comissão.

"Querem é mexer na terra do índio", explodiu Raoni, irritado, após a reunião. O motivo do desabafo, repetido pelas outras lideranças, também foi ocasionado pela impropriedade da data marcada pela Comissão para ouvir os depoimentos indígenas. Chegando à Câmara dos Deputados, os índios descobriram que os parlamentares verdadeiramente interessados nas causas indígena e ambiental estavam participando de reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, que ouvia, no mesmo horário, depoimentos relacionados a denúncias de corrupção no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Tanto que o presidente da Comissão do Meio Ambiente, Tuga Ange-rami (PSDB-SP), acatou, na reunião, um protesto dos parlamentares contra a convocação de uma Comissão Especial (no caso, a do Estatuto do Índio) no mesmo dia e horário de uma Comissão Ordinária (como a do Meio Ambiente). Segundo os parlamentares, não houve consulta prévia como estabelece o regimento.

■ Olympio Serra
Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Mata Virgem.